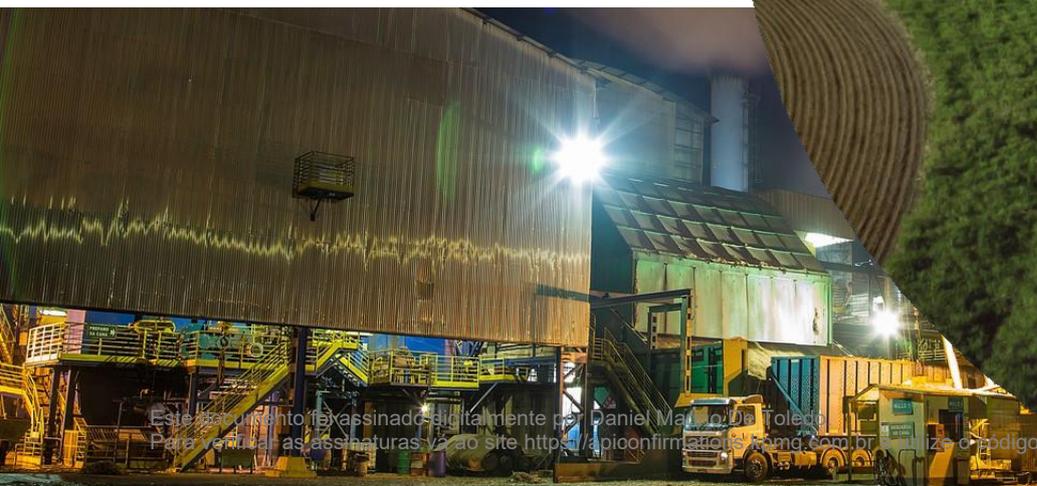




USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL

*Demonstrações Financeiras em
31 de março de 2025*



Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Mariano De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AAFA-8788-E9B6-3885.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Mariano De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AAFA-8788-E9B6-3885.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria da Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Álcool Novo Horizonte- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Álcool (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Álcool em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 13 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.03.2025	31.03.2024	Passivo	Nota	31.03.2025	31.03.2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	173.590	259.539	Fornecedores de cana e diversos	21	103.522	74.828
Contas correntes - Cooperativa	9	88.261	62.996	Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	20	96.393	97.363
Estoques	10	132.744	111.623	Financiamentos e empréstimos	22	183.841	197.308
Adiantamentos para compra de matéria-prima	11	1.720	6.767	Financiamentos - Cooperativa	23	23.675	20.451
Ativo biológico	12	122.534	159.101	Salários, férias e encargos sociais a pagar		18.457	19.325
Instrumentos financeiros derivativos	32	6.082	8.010	Impostos e contribuições a recolher		1.563	1.954
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		17.336	7.600	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		26.640	12.255
Impostos a recuperar	13	47.523	46.020	Instrumentos financeiros derivativos	32	18.534	16.092
Outras contas a receber	14	14.349	64.445	Outras contas a pagar		1.154	14.848
Total do ativo circulante		604.139	726.101	Mútuo com partes relacionadas	15	77.808	60.152
Não circulante				Total do passivo circulante		551.587	514.576
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais e outros	25	62.984	45.448	Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	20	312.781	342.397
Instrumentos financeiros derivativos	32	8.513	2.236	Fornecedores de cana e diversos	21	46.750	64.600
Impostos a recuperar	13	16.434	5.127	Mútuo - Cooperativa	24	12.498	12.498
Total do realizável a longo prazo		87.931	52.811	Financiamentos e empréstimos	22	314.440	287.179
Outros investimentos	17	8.091	7.924	Financiamentos - Cooperativa	23	2.434	3.213
Investimentos	18	75.547	77.068	Instrumentos financeiros derivativos	32	23.814	3.953
Imobilizado	19	808.617	712.154	Mútuo com partes relacionadas	15	17.008	15.050
Direito de uso em arrendamento	20	383.781	423.665	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	25	8.730	10.244
Total do ativo não circulante		1.363.967	1.273.622	Passivos fiscais diferidos	16	98.847	121.537
Total do ativo				Total do passivo não circulante		837.302	860.671
		1.968.106	1.999.723	Patrimônio líquido			
					26		
				Capital social		564.008	469.200
				Ações em tesouraria		(4)	(4)
				Reserva de capital		-	29
				Reserva legal		1.600	30.281
				Reserva de reavaliação		1.234	1.277
				Ajuste de avaliação patrimonial		10.992	26.531
				Reserva de lucros a destinar		1.387	97.162
				Total do patrimônio líquido	26	579.217	624.476
				Total do passivo		1.388.889	1.375.247
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.968.106	1.999.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/ SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500

estiva.com.br

Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Demonstrações de resultados

Exercício findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.03.2025	31.03.2024
Receita operacional líquida	27	978.587	1.122.950
Variação de valor justo de ativo biológico	12	(51.165)	(24.176)
Custo dos produtos vendidos	28	(789.035)	(875.762)
Lucro bruto		138.387	223.012
Despesas com vendas	28	(2.197)	(2.268)
Despesas administrativas e gerais	28	(46.927)	(63.097)
Outras receitas (despesas) operacionais	29	11.621	98.825
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		100.884	256.472
Receitas financeiras	30	51.439	47.797
Despesas financeiras	31	(153.637)	(151.686)
Resultado financeiro líquido		(102.198)	(103.889)
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	18	13.509	10.553
Resultado antes dos impostos		12.195	163.136
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	2.048	(9.376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	17.716	(45.910)
	16	19.764	(55.286)
Resultado do exercício		31.959	107.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500

estiva.com.br



Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31.03.2025	31.03.2024
Resultado do exercício	31.959	107.850
<i>Outros resultados abrangentes</i>		
Variação de valor justo		
Derivativos de açúcar - Futuro/NDF/Opções	(20.311)	(21.103)
Derivativos de câmbio - NDF	(1.348)	-
	<u>(21.659)</u>	<u>(21.103)</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de açúcar - Futuro/NDF/Opções	7.031	26.357
	<u>7.031</u>	<u>26.357</u>
Total do movimento no exercício		
Derivativos de açúcar - Futuro/NDF/Opções	(13.280)	5.254
Derivativos de câmbio - NDF	(1.348)	-
Tributos diferidos sobre os itens acima	4.973	(1.786)
Ajuste de avaliação patrimonial - coligada	(4.877)	3.923
	<u>(14.532)</u>	<u>7.391</u>
Resultado abrangente total	<u><u>17.427</u></u>	<u><u>115.241</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCÓOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500

estiva.com.br



Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AAFA-8788-E9B6-3885.

Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros a destinar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de março de 2023		340.000	-	29	24.888	1.320	19.955	134.691	-	520.883
Dividendos adicionais propostos na assembleia geral ordinária de 13 de julho de 2023		-	-	-	-	-	-	(5.496)	-	(5.496)
Aumento de capital conforme assembleia geral ordinária de 13 de julho de 2023	26.a	129.200	-	-	-	-	-	(129.200)	-	-
Ações em tesouraria	26.b	-	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
Realização da reserva de reavaliação	26.b	-	-	-	-	(43)	-	-	43	-
Realização do custo atribuído	26.c	-	-	-	-	-	(814)	-	814	-
Resultados com derivativos - <i>hedge accounting</i>		-	-	-	-	-	3.467	-	-	3.467
Outros resultados abrangentes em investida	18	-	-	-	-	-	3.923	-	-	3.923
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	107.850	107.850
Reserva legal	26.b	-	-	-	5.393	-	-	-	(5.393)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	26.d	-	-	-	-	-	-	-	(6.147)	(6.147)
Reserva de lucros a destinar	26.b	-	-	-	-	-	-	97.167	(97.167)	-
Saldo em 31 de março de 2024		469.200	(4)	29	30.281	1.277	26.531	97.162	-	624.476
Dividendos adicionais propostos na assembleia geral ordinária de 19 de julho de 2024	26.a	-	-	-	-	-	-	(32.686)	-	(32.686)
Aumento de capital conforme assembleia geral ordinária de 19 de julho de 2024		64.500	-	-	-	-	-	(64.500)	-	-
Aumento de capital conforme assembleia geral extraordinária de 11 de novembro de		30.308	-	(29)	(30.279)	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	26.b	-	-	-	-	(43)	-	-	43	-
Realização do custo atribuído	26.c	-	-	-	-	-	(1.007)	-	1.007	-
Resultados com derivativos - <i>hedge accounting</i>		-	-	-	-	-	(9.655)	-	-	(9.655)
Outros resultados abrangentes em investida	18	-	-	-	-	-	(4.877)	-	-	(4.877)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	31.959	31.959
Reserva legal	26.b	-	-	-	1.598	-	-	-	(1.598)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Reserva de lucros a destinar	26.b	-	-	-	-	-	-	1.411	(1.411)	-
Saldo em 31 de março de 2025		564.008	(4)	-	1.600	1.234	10.992	1.387	-	579.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP: 14968-899 - Tel: (17) 3542-9500
estiva.com.br

Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.03.2025	31.03.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		31.959	107.850
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	19	96.506	79.314
Amortização de ativo biológico	12	111.026	114.022
Recuperação com créditos tributários	29	(2.977)	(3.130)
Perdas estimadas dos estoques	10	317	233
Amortização de direito de uso de arrendamento	20	132.388	173.253
Juros passivo de arrendamento	20	47.604	57.126
Constituição de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	25	(1.514)	6.232
Mudança no valor justo de ativos biológicos	12	51.165	24.176
Prescrição de dividendos	29	(81)	(19)
Resultado de equivalência patrimonial	18	(13.509)	(10.553)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(17.716)	45.910
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(2.048)	9.376
Instrumentos financeiros derivativos	32	1.961	(6.338)
Juros - Financiamentos Cooperativa		966	8.297
Variação monetária, juros e cambiais líquidas - Instituições financeiras	15, 20, 22 e 23	65.657	65.289
Juros - Mútuo acionistas		1.958	3.828
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	19	2.543	1.039
Variações nos ativos e passivos			
Contas corrente - Cooperativa		(25.265)	53.150
Estoques e adiantamento para compra de matéria-prima		(23.557)	9.326
Impostos a recuperar		(9.833)	20.643
Depósitos judiciais e outras contas a receber		32.560	(31.765)
Fornecedores de cana e diversos		(45)	756
Instrumentos financeiros derivativos		(3.454)	3.697
Salários e férias a pagar		(868)	214
Demais passivos		(14.085)	(6.735)
Caixa gerado pelas atividade operacionais		461.658	725.191
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.688)	(11.511)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos - Instituições financeiras	22	(45.831)	(62.264)
Juros pagos - Financiamentos Cooperativa	23	(84)	(8.233)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		408.055	643.183
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	19	(184.785)	(170.626)
Aquisição de ativos biológicos	12	(117.979)	(104.036)
Dividendos recebidos	18	10.153	26.754
Aquisição de investimentos		(167)	(7.565)
Caixa e equivalentes de caixa usados nas atividades de investimentos		(292.778)	(255.473)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital pagos		(43.719)	(13.105)
Pagamentos de passivo de arrendamento	20	(170.694)	(172.646)
Recebimentos de mútuo de partes relacionadas		57.064	53.873
Pagamentos de mútuo de partes relacionadas		(39.408)	(83.836)
Financiamentos tomados - Financiamentos - Cooperativa	23	214.138	551.849
Financiamentos e empréstimos - Instituições financeiras	22	215.000	137.000
Financiamentos pagos - Financiamentos - Cooperativa	23	(212.575)	(593.936)
Pagamentos de Financiamentos e empréstimos - Instituições financeiras	22	(221.032)	(170.372)
Caixa e equivalentes de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(201.226)	(291.173)
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(85.949)	96.537
Demonstração de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	8	259.539	163.002
No fim do exercício	8	173.590	259.539
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(85.949)	96.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Fazenda Três Pontes - Novo Horizonte/SP
CEP. 14968-899 - Tel. (17) 3542-9500

estiva.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Alcool (“Companhia”), sediada na Fazenda Três Pontes, município de Novo Horizonte - SP, tem como objetivo social a fabricação de açúcar e etanol nas suas diversas especificações, comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar, Alcool do Estado de São Paulo, além do comércio, importação e exportação, inclusive de derivados, praticando todas as operações, principais e acessórias, relacionadas com tal atividade, a exploração rural e mineral, exploração de lavouras de cana-de-açúcar e culturas intercalares em terras próprias, arrendadas e/ou em regime de parceria, cogeração de energia termoelétrica e venda de energia no mercado, podendo prestar serviços rurais e assistência técnica, além de participar de outras sociedades em qualquer ponto do território nacional. Além disso, a Companhia tem por objeto a exploração da pecuária, compreendendo a engorda de bovinos em regime de parceria agrícola.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil é chamado de safra e tem início em abril ou maio e termina em novembro ou dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor.

As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem na região Centro-Sul, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das commodities, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. A Companhia possui como estratégia comercial o carregamento de produtos para comercialização durante a entressafra, dessa forma se beneficia dos melhores preços do período.

RenovaBio - Cbios

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 118 mil Cbios emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o Renovabio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de junho de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis materiais que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 20** - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.g (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota explicativa nº 16** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 20** – Taxa de desconto aplicada no CPC 06 (R2) - Arrendamentos; e
- **Nota explicativa nº 25** - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 12 - Ativo biológico; e
- Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e

- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicada de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de março de 2024.

b. Receita operacional

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

As receitas de vendas de açúcar e etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-

Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação as demais cooperadas, em conformidade com as orientações contábeis constante do Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A receita de venda de confinamento bovino e vapor é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimento de aplicações financeiras e receitas financeiras repassadas pela Cooperativa que são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e despesas financeiras repassadas pela Cooperativa. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros

tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Ativos biológicos

O ativo biológico refere-se às plantações de cana-de-açúcar que é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

Para a cana-de-açúcar, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e são projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica Custo dos produtos vendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas em anos, para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios, dependências e benfeitorias	15 a 48 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3 a 20 anos
Máquinas, implementos agrícolas	1 a 15 anos
Equipamentos de informática	1 a 15 anos
Instalações e equipamentos	2 a 26 anos
Móveis e utensílios	1 a 17 anos
Veículos	2 a 30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Obras em andamento

O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos, incluindo os custos dos empréstimos.

h. Investimentos

O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo.

O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Companhia conforme demonstrado na Nota explicativa nº 18.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos e principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor

justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de câmbio e *commodities* agrícolas.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No exercício findo em 31 de março 2025, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “NDF” e futuros de açúcar, conforme demonstrado na nota explicativa nº 32.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em VJORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na conta de ajuste de avaliação patrimonial e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta de ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta de ajuste de avaliação patrimonial e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

j. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados em Assembleia de Acionistas da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica, se deliberados durante o exercício.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

m. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconhecera novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas.

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de toneladas de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. O Grupo Estiva reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).
- Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Rendimento Anual	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB	98,06% CDI	171.101	259.131
Caixa e bancos	-	2.489	408
		<u>173.590</u>	<u>259.539</u>

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem liquidez inferior a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº 32.

9 Contas correntes – Cooperativa

Correspondem a recebíveis decorrentes das operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66 de 5 de setembro de 1986.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável, se aplicável, são divulgadas na Nota explicativa nº 32.

Outros ativos financeiros

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$906 milhões, representando 5,5% do total das requisições de pagamento.

Ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa, a melhor estimativa da Administração é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo.

Portanto, o direito creditório atribuível aos então cooperados que integravam o quadro associativo da Cooperativa no período indenizado não foi registrado e está sendo divulgado naquelas demonstrações financeiras. A Companhia como parte integrante do sistema da Cooperativa, possui direitos sobre esses créditos, os quais serão reconhecidos à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia.

Paralelamente, a Companhia impetrou mandado de segurança objetivando afastar as exigências de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre as parcelas que lhe cabem da verba indenizatória em questão, por objetivar ressarcir danos suportados no passado, conforme nota explicativa nº 25.

10 Estoques

	2025	2024
CBios	9.975	14.121
Produtos acabados (em poder da Cooperativa)(*)	11	53
Manutenção entressafra (**)	79.494	58.447
Almoxarifado e outros	37.577	34.418
Confinamento bovino	2.794	3.358
Adiantamento a fornecedores	2.893	1.226
	132.744	111.623

(*) Os produtos acabados referem-se a açúcar e etanol e estão à disposição da Cooperativa para comercialização.

(**) Os gastos com manutenção industrial são os gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção industrial e agrícola da safra seguinte.

A movimentação das perdas estimadas por obsolescência está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de março de 2023	(1.044)
Provisão constituída no exercício	(233)
Saldo em 31 de março de 2024	(1.277)
Provisão constituída no exercício	(317)
Saldo em 31 de março de 2025	(1.594)

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

11 Adiantamentos para compra de matéria-prima

	2025	2024
Fornecedores de cana	1.720	6.005
Fornecedores partes relacionadas	-	762
	1.720	6.767

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2025/2026.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo - Consecana.

12 Ativo biológico

	2025	2024
Custo histórico	112.485	114.636
Valor justo	46.616	70.792
Ativos biológicos em 31 de março	159.101	185.428
Movimentação		
Adições com tratos de cana	125.624	111.871
Absorção dos custos de cana colhida	(111.026)	(114.022)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(51.165)	(24.176)
Saldo final de ativos biológicos	122.534	159.101
Composto por:		
Custo histórico	127.083	112.485
Valor justo	(4.549)	46.616
Saldo final de ativos biológicos	122.534	159.101

(i) Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2025	2024
Adições no exercício	125.624	111.871
Gastos com amortização de manutenção de entressafra incorporado aos tratos	(5.145)	(5.629)
Gastos com depreciação incorporado tratos	(2.500)	(2.206)
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	117.979	104.036

Lavoura de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo dos ativos biológicos é calculado utilizando o fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para esse produto agrícola. A mensuração é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela Administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto.

Abaixo demonstramos as principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	2025	2024
Área estimada de colheita (hectares)	39.427	38.129
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	75,47	84,55
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136	135
Valor do Kg de ATR	1,1701	1,1503

Em 31 de março de 2025 a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,65 % ao ano (11,07% ao ano em 31 de março de 2024).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade nos setores de etanol e açúcar e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo o volume de colheita. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso cria variações de estoques, que geralmente encontram-se mais elevado em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro).

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 15.080. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 15.100.

13 Impostos a recuperar

	2025	2024
COFINS	27.813	24.985
ICMS	3.491	6.328
ICMS – CIAP	19.591	8.390
IRRF	6.055	6.602
PIS	6.888	4.720
IPI	77	80
INSS	42	42
	63.957	51.147
Ativo circulante	47.523	46.020
Ativo não circulante	16.434	5.127

Os impostos e contribuições a recuperar classificados no ativo circulante decorrem de operações mercantis e financeiras realizadas pela Companhia e são realizáveis no curso normal das operações.

14 Outras contas a Receber

	2025	2024
Contas a receber referente participação na venda de gado bovino (Nota 15)	3.229	60.585
Outras contas à receber com partes relacionadas (Nota 15)	409	360
Outros	10.711	3.500
Total	14.349	64.445

15 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração, composto pela diretoria, durante o exercício foi de R\$ 3.275 (R\$ 3.641 em 2024).

b. Garantias e avais

A Companhia possui operações de crédito com instituições financeiras que são avalizadas pelos acionistas e pela UTE São José da Estiva S/A.

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2025				2024			
	WJ Biasi e outros	Acionistas	UTE	Total	WJ Biasi e outros	Acionistas	UTE	Total
Ativo								
Ativo circulante:								
Contas à receber parceria do confinamento (nota 16)	-	3.229	-	3.229	-	60.585	-	60.585
Adiantamento a Fornecedores (nota 11)	-	-	-	-	-	762	-	762
Outras contas à receber	-	409	-	409	-	360	151	511
Total do ativo	-	3.638	-	3.638	-	61.707	151	61.858
Passivo								
Passivo circulante:								
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	25.227	-	25.227	-	11.389	-	11.389
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	25.189	7.417	-	32.606	19.413	7.922	-	27.335
Mútuo com partes relacionadas (ii)	-	-	77.808	77.808	-	-	60.152	60.152
Passivo não circulante:								
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	24.847	54.672	-	79.519	45.150	32.337	-	77.487
Mútuo com partes relacionadas (i)	-	17.008	-	17.008	-	15.050	-	15.050
Total do passivo	50.036	104.324	77.808	232.168	64.563	66.698	60.155	191.416

- (i) Por meio de contrato particular de mútuo, a Companhia tomou empréstimos de seus acionistas controladores, em condições específicas, remunerados a juros de 115% do CDI, com vencimento em 01 de abril de 2032.
- (ii) Saldo de mútuo entre a Companhia e UTE São José da Estiva S/A, do qual não possui remuneração de juros e com vencimento indeterminado.

As operações entre as partes relacionadas estão sendo realizadas com base em termos e condições acordadas entre as partes.

d. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Em 31 de março de 2025 as receitas da Companhia junto à Cooperativa totalizaram R\$ 1.001.213 (R\$ 1.168.182 em 31 de março de 2024).

16 Passivos fiscais diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os impostos diferidos, classificados no passivo não circulante (pelo valor líquido) tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultados abrangentes		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pis/Cofins exigibilidade suspensa	344	344	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas e tributárias	2.969	3.483	-	-	-	-	(515)	2.767
Provisão para perdas dos estoques	542	434	-	-	-	-	108	79
Provisão Pis/Cofins - IAA	7.059	7.059	-	-	-	-	-	2.972
Variação de valor justo de ativo biológico	2.416	(16.016)	-	-	-	-	18.432	8.220
Efeitos Arrendamentos - CPC 06 (R2) - Ativo	61.220	44.689	-	-	-	-	16.531	32.490
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	15.300	10.200	-	-	-	-	5.100	(11.900)
Outras	4.156	(166)	-	-	-	-	4.322	(2.166)
Arrendamento aeronave	-	-	(866)	(899)	-	-	33	25
Efeitos Arrendamentos - CPC 06 (R2) - Passivo	-	-	(25.482)	(17.362)	-	-	(8.120)	(10.057)
Variação de valor justo de investimentos	-	-	(2.302)	(2.302)	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	7.301	2.328	4.973	(1.786)	-	-
Indenização - IAA	-	-	(76.311)	(76.311)	-	-	-	(32.129)
Reserva de reavaliação - 1998	-	-	(512)	(534)	-	-	22	24
Depreciação incentivada	-	-	(50.221)	(33.543)	-	-	(16.678)	(33.543)
Estorno depreciação custo aquisição	-	-	(31.156)	(29.117)	-	-	(2.039)	(3.111)
Imobilizado – custo atribuído	-	-	(13.304)	(13.824)	-	-	520	419
	94.006	50.027	(192.853)	(171.564)	4.973	(1.786)	17.716	(45.910)
Compensação (*)	(94.006)	(50.027)	94.006	50.027	-	-	-	-
Líquido	-	-	(98.847)	(121.537)	4.973	(1.786)	17.716	(45.910)

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.



De acordo com a legislação tributária vigente, as diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados, não possuem prazo de prescrição. A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, somente na extensão que considera provável a sua realização, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12.195	163.136
Juros sobre capital próprio	(30.000)	-
	<u>(17.805)</u>	<u>163.136</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	6.054	(55.466)
PAT	1	210
Lei Incentivo a Cultura (Rouanet)	29	45
Outros incentivos fiscais	29	45
Diferenças permanentes adições (exclusões):		
Dividendos recebidos	112	111
Equivalência patrimonial	4.593	3.863
Cbios	2.974	5.084
Donativos	(288)	(254)
Reintegra	58	-
Outras diferenças líquidas	2.086	(8.924)
Total	19.764	(55.286)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	<u>2.048</u>	<u>(9.376)</u>
Imposto de renda e contribuição social – diferido	<u>17.716</u>	<u>(45.910)</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>19.764</u>	<u>(55.286)</u>
Alíquota fiscal efetiva	-111%	-34%

17 Outros investimentos

	2025	2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	7.430	7.430
Outros	661	494
	<u>8.091</u>	<u>7.924</u>

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui saldo de R\$ 7.430 referente a 2.714 ações do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., correspondente a 0,34% de participação, idêntico ao ano de 2024.

18 Investimentos

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da coligada avaliada através de equivalência patrimonial:

	Copersucar S.A.	UTE São Jorge S.A	Total
Saldo em 31 de março de 2023	81.940	20	81.960
Aquisição de ações	7.386	-	7.386
Resultado de equivalência patrimonial	10.553	-	10.553
Outros resultados abrangentes em investida	3.923	-	3.923
Dividendos distribuídos	(26.754)	-	(26.754)
Saldo em 31 de março de 2024	77.048	20	77.068
Resultado de equivalência patrimonial	13.509	-	13.509
Outros resultados abrangentes em investida	(4.877)	-	(4.877)
Dividendos distribuídos	(10.153)	-	(10.153)
Saldo em 31 de março de 2025	75.527	20	75.547

Na safra 22/23, a Usina Estiva adquiriu 11.106.823 ações da Copersucar S.A., porém, com a emissão de novas ações, a participação que era de 3,79% passou para 3,76%.

Na safra 24/25, com a entrada de uma nova usina na Copersucar S/A, a Usina Estiva que mantinha uma participação de 3,76% passou para 3,66%.

Informação sobre os investimentos

31 de março de 2025	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da Companhia
Copersucar S.A.	3,66%	11.671.616	4.455.001	8.324.838	5.710.635	2.053.420	401.840	13.509
UTE São Jorge S/A	100,00%	20	-	-	-	20	-	-

31 de março de 2024	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da Companhia
Copersucar S.A.	3,76%	13.264.979	3.363.694	9.448.317	5.106.301	2.074.055	280.633	10.553
UTE São Jorge S/A	100,00%	20	-	-	-	20	-	-

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Álcool, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da Administração da Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Álcool, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua administração.

19 Imobilizado

a. Custo

	2023	2024			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edifícios, dependências e benfeitorias	64.338	2.358	-	620	67.316
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	229.827	6.453	(138)	7.987	244.129
Máquinas, Implementos Agrícolas	90.099	7.662	(63)	-	97.698
Equipamentos de Informática	14.517	1.340	(739)	6	15.124
Instalações e Equipamentos	83.805	3.905	(185)	1.994	89.519
Móveis e utensílios	2.577	166	(87)	-	2.656
Veículos	74.335	14.997	(1.510)	-	87.822
Lavoura de cana	568.398	78.649	-	-	647.047
Terrenos	59.534	458	-	-	59.992
Obras em andamento	9.797	154.074	(551)	(10.607)	152.713
Adiantamento a fornecedores	25	-	-	-	25
Drones e acessórios	280	11	-	-	291
	1.197.532	270.073	(3.273)	-	1.464.332

	2024	2025			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edifícios, dependências e benfeitorias	67.316	4.194	(997)	12.005	82.518
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	244.129	12.216	(1.457)	9.786	264.674
Máquinas, Implementos Agrícolas	97.698	11.800	(3.022)	-	106.476
Equipamentos de Informática	15.124	464	(104)	1.701	17.185
Instalações e Equipamentos	89.519	10.078	(2.503)	6.659	103.753
Móveis e utensílios	2.656	418	(140)	23	2.957
Veículos	87.822	6.380	(1.494)	-	92.708
Lavoura de cana	647.047	69.379	-	-	716.426
Terrenos	59.992	-	-	-	59.992
Obras em andamento	152.713	85.929	(79)	(30.174)	208.389
Adiantamento a fornecedores	25	-	-	-	25
Drones e acessórios	291	288	-	-	579
	1.464.332	201.146	(9.796)	-	1.655.682

b. Depreciação

	2023	2024			
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Edifícios, dependências e benfeitorias	(26.350)	(3.583)	-	-	(29.933)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(121.829)	(13.070)	133	-	(134.766)
Máquinas, Implementos Agrícolas	(29.744)	(6.596)	-	-	(36.340)
Equipamentos de Informática	(11.288)	(1.376)	740	-	(11.924)
Instalações e Equipamentos	(55.881)	(3.922)	69	-	(59.734)
Móveis e utensílios	(1.871)	(117)	84	-	(1.904)
Veículos	(39.899)	(2.868)	1.208	-	(41.559)
Lavoura de cana	(374.277)	(61.571)	-	-	(435.848)
Drones e acessórios	(97)	(73)	-	-	(170)
	(661.236)	(93.176)	2.234	-	(752.178)

	01.04.2024	31.03.2025			
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Edifícios, dependências e benfeitorias	(29.933)	(4.427)	321	-	(34.039)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(134.766)	(14.835)	1.269	-	(148.332)
Máquinas, Implementos Agrícolas	(36.340)	(6.278)	1.972	-	(40.646)
Equipamentos de Informática	(11.924)	(1.548)	101	-	(13.371)
Instalações e Equipamentos	(59.734)	(4.860)	2.497	-	(62.097)
Móveis e utensílios	(1.904)	(141)	126	-	(1.919)
Veículos	(41.559)	(3.910)	967	-	(44.502)
Lavoura de cana	(435.848)	(66.043)	-	-	(501.891)
Drones e acessórios	(170)	(98)	-	-	(268)
Custo de manutenção de entressafra	-	-	-	-	-
	(752.178)	(102.140)	7.253	-	(847.065)

c. Imobilizado líquido contábil

	31.03.2025			31.03.2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Edifícios, dependências e benfeitorias	82.518	(34.039)	48.479	67.316	(29.933)	37.383
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	264.674	(148.332)	116.342	244.129	(134.766)	109.363
Máquinas, Implementos Agrícolas	106.476	(40.646)	65.830	97.698	(36.340)	61.358
Equipamentos de Informática	17.185	(13.371)	3.814	15.124	(11.924)	3.200
Instalações e Equipamentos	103.753	(62.097)	41.656	89.519	(59.734)	29.785
Móveis e utensílios	2.957	(1.919)	1.038	2.656	(1.904)	752
Veículos	92.708	(44.502)	48.206	87.822	(41.559)	46.263
Lavoura de cana	716.426	(501.891)	214.535	647.047	(435.848)	211.199
Terrenos	59.992	-	59.992	59.992	-	59.992
Obras em andamento	208.389	-	208.389	152.713	-	152.713
Adiantamento a fornecedores	25	-	25	25	-	25
Drones e acessórios	579	(268)	311	291	(170)	121
	1.655.682	(847.065)	808.617	1.464.332	(752.178)	712.154

(i) Bens dados em garantia

A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos e empréstimos (Nota explicativa nº 22).

(ii) Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025 e 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

(iii) **Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa**

	2025	2024
Adições no período	201.146	270.073
Gastos com depreciação incorporado à cultura em formação (plantio de cana)	(3.134)	(3.061)
Gastos com amortização de manutenção de entressafra incorporado à cultura em formação (plantio de cana)	(2.338)	(2.590)
Compra de equipamento financiado pelo fornecedor	(10.889)	(93.796)
Saldo de adições com efeito na demonstração do fluxo de caixa	184.785	170.626

(iv) **Depreciação - Efeito na demonstração do fluxo de caixa**

	2025	2024
Depreciação do período	102.140	93.176
Saldo incorporado à formação dos ativo biológico	(2.500)	(7.835)
Saldo incorporado à manutenção entressafra	-	(8.595)
Saldo incorporado à cultura em formação (plantio de cana)	(3.134)	(5.651)
Total	96.506	71.095

(v) **Obras em andamento**

Refere-se á obras de melhorias industriais, das quais está incluso a compra de uma caldeira no valor de R\$ 81.060 com previsão de encerramento para 2025. O pagamento será parcelado diretamente com o fornecedor com vencimento final em maio de 2029. O compromisso de pagamento foi reconhecido integralmente no passivo. (Vide nota 21)

20 Direito de uso de arrendamentos e passivos de arrendamento e parcerias à pagar

A movimentação do Direito de uso durante o exercício está demonstrada a seguir:

Direito de uso	2025	2024
Vida útil (em anos)	6 a 12 anos	6 a 12 anos
Saldo anterior	423.665	500.958
Amortização	(132.388)	(173.253)
Adição de novos contratos	131.241	57.382
Remensurações	(38.737)	38.578
Saldo	383.781	423.665

A composição do saldo de arrendamentos e parcerias a pagar, assim como a movimentação do exercício estão apresentadas a seguir:

Arrendamentos e parcerias a pagar	2025	2024
Arrendamentos e parcerias agrícolas	409.174	439.760
Total	409.174	439.760
Passivo circulante	96.393	97.363
Passivo não circulante	312.781	342.397
Passivos		
Adoção inicial - CPC 06(R2)	(573.429)	(651.804)
(-) AVP	133.669	192.484

Saldo anterior	(439.760)	(459.320)
Pagamentos	170.694	172.646
Realização do AVP	(47.604)	(57.126)
Adições de novos contratos	(131.241)	(57.382)
Remensurações	38.737	(38.578)
Saldo	(409.174)	(439.760)

A taxa de desconto nominal na adoção inicial do CPC 06 (R2) utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente é de 14,25% a.a. (10,65% a.a. em 31 de março de 2024).

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias a pagar no curto e longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento por safra	2025	2024
De 01/04/2025 à 31/03/2025	-	97.363
De 01/04/2025 à 31/03/2026	96.393	100.450
De 01/04/2026 à 31/03/2027	90.654	86.417
De 01/04/2027 à 31/03/2028	57.746	51.462
De 01/04/2028 à 31/03/2029	52.780	39.927
De 01/04/2029 à 31/03/2030	40.396	20.273
De 01/04/2030 à 31/03/2031	26.496	43.868
De 01/04/2031 à 31/03/2039	44.709	-
	409.174	439.760

21 Fornecedores de cana e diversos

	2025	2024
Fornecedores diversos	54.448	31.166
Fornecedores de cana de açúcar - terceiros	14.764	14.466
Fornecedores de imobilizado - (nota 19)	81.060	93.796
	150.272	139.428
Passivo circulante	103.522	74.828
Passivo não circulante	46.750	64.600

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 32.

22 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 32.

	2025	2024
Passivo circulante		
Capital de giro	168.801	179.959
BNDES - Pró-renova	2.020	8.577
BNDES - Finame	13.020	8.772

	183.841	197.308
Passivo não circulante		
Capital de giro	284.778	242.648
BNDES - Pró-renova	6.859	13.360
BNDES - Finame	22.803	31.171
	<u>314.440</u>	<u>287.179</u>
	<u>498.281</u>	<u>484.487</u>

A seguir apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios:
31 de março de 2025

	Mar/2024	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Mar/2025
Capital de giro	422.607	215.000	60.686	(204.065)	(40.649)	453.579
BNDES - Pró renova	21.937	-	4.507	(12.870)	(4.695)	8.879
BNDES - Finame	39.943	-	464	(4.097)	(487)	35.823
	<u>484.487</u>	<u>215.000</u>	<u>65.657</u>	<u>(221.032)</u>	<u>(45.831)</u>	<u>498.281</u>

31 de março de 2024

	Mar/2023	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Mar/24
Capital de giro	406.529	137.000	57.978	(124.179)	(54.721)	422.607
BNDES - Pró renova	44.956	-	2.529	(22.917)	(2.631)	21.937
BNDES - Finame	63.349	-	4.055	(23.276)	(4.185)	39.943
	<u>514.834</u>	<u>137.000</u>	<u>64.562</u>	<u>(170.372)</u>	<u>(61.537)</u>	<u>484.487</u>

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2025	2024
					Valor contábil	Valor contábil
BNDES - Pró-Renova	R\$	TJLP	5,57%	2026	8.879	21.937
BNDES - Pró-Renova	R\$	TJLP	5,86%	2031	35.823	39.943
Capital de giro	R\$	CDI	3,57%	2020 a 2024	453.579	422.607
					<u>498.281</u>	<u>484.487</u>

As parcelas de financiamentos classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Períodos	2025	2024
De 01/04/2025 à 31/03/2026	-	131.063
De 01/04/2026 à 31/03/2027	131.497	87.879
De 01/04/2027 à 31/03/2028	88.083	33.929
De 01/04/2028 à 31/03/2029	56.240	34.308
De 01/04/2029 à 31/03/2030	31.097	-
Após 01/04/2030	7.523	-
	<u>314.440</u>	<u>287.179</u>

Os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por bens do imobilizado no valor de R\$ 12.493 (R\$ 12.493 em 2024) e por notas promissórias com aval dos diretores.

Adicionalmente a essas garantias, a Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros (*covenants*).

Covenants de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contratos de empréstimo e financiamento com cláusula contratual restritiva exigindo a manutenção de certos índices financeiros anualmente, baseados nas demonstrações financeiras anuais Combinadas da Companhia. O indicadores são: Dívida líquida/EBITDA e liquidez corrente.

As principais cláusulas restritivas do contrato descrito acima são as seguintes:

- Dívida Líquida / EBITDA $\leq 2x$
- Liquidez Corrente $> + 1,0$

Em 31 de março de 2025 e 2024 as cláusulas foram integralmente cumpridas. A Companhia estima que irá cumprir os covenants até a liquidação das dívidas e os saldos de curto e longo prazo são divulgados conforme os vencimentos contratuais.

23 Financiamentos-Cooperativa

	2025	2024
Repasse de recursos – com taxa de juros médios de 8,38% a.a.	26.109	23.664
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no circulante	(23.675)	(20.451)
Passivo não circulante	2.434	3.213

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo a título de empréstimos e são substancialmente compostos por valores decorrentes de operações *sub-judice*, garantidas por Letras de Câmbio, avais da Diretoria e produção de açúcar e etanol.

A seguir apresentamos a movimentação nos exercícios:

31 de março de 2025

	2024	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2025
Financiamentos	23.664	214.138	966	(212.575)	(84)	26.109
	23.664	214.138	966	(212.575)	(84)	26.109

31 de março de 2024

	2023	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2024
Financiamentos	65.687	551.849	8.297	(593.936)	(8.233)	23.664
	65.687	551.849	8.297	(593.936)	(8.233)	23.664

24 Mútuo-Cooperativa

As operações de mútuo são classificadas como passivos financeiros demonstrados ao custo amortizado. As operações não têm prazos de vencimentos estabelecidos e não possuem incremento de juros.

	2025	2024
Adto. Capital de giro para letra de câmbio	12.498	12.498
	12.498	12.498

25 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	2025	2024
Trabalhistas	8.730	10.244
	8.730	10.244

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Trabalhistas
Saldo em 31 de março de 2023	2.104
Provisões constituídas durante o exercício	8.140
Provisões utilizadas durante o exercício	-
Saldo em 31 de março de 2024	10.244
Provisões constituídas durante o exercício	-
Provisões utilizadas durante o exercício	(1.514)
Saldo em 31 de março de 2025	8.730

Em 31 de março de 2025, a Companhia mantinha em andamento processos cíveis, trabalhistas e tributários, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 8.253 (R\$ 10.305 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

No exercício foram baixadas R\$ 1.514 de processos trabalhistas classificados pelos advogados que patrocinam como “Risco Provável” oriundos de reclamações trabalhistas diversas.

Depósitos judiciais e outros

Em 31 de março de 2025 o saldo de depósitos judiciais totalizava R\$ 62.984 (R\$ 45.448 em 31 de março de 2024), referente a depósitos judiciais de natureza trabalhistas, cíveis e tributários. Parte substancial desses depósitos refere-se aos levantamentos de valores referente ao IAA (nota explicativa nº 9) no montante de R\$ 61.325 (R\$ 43.893 em 31 de março de 2024).

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia está representado por 43.868.159 (idêntico em 2024) ações sem valor nominal.

	2025	
	Ações	%
RBE Participações Ltda	21.698.837	49,464%
JBE Participações Ltda	7.232.947	16,488%
VBE Participações Ltda	7.232.945	16,488%
LBE Participações Ltda	7.232.945	16,488%

Outros	470.485	1,0725%
	43.868.159	100%

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de reavaliação

Decorrente de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada contra resultados acumulados, na proporção da depreciação, alienação ou baixa dos ativos reavaliados.

Reserva de lucros a destinar

A Administração propõe para reserva de lucros a destinar o saldo de lucros acumulados, se houver, que será deliberado pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, quando da aprovação das demonstrações financeiras.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui:

- Efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição pela Companhia, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos classificados no passivo não circulante, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem;
- Variações líquidas acumuladas do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e
- Resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas, classificadas como contabilidade de hedge (*hedge accounting*). O referido saldo é revertido do patrimônio líquido na proporção em que ocorrem os vencimentos das operações relacionadas.

d. Dividendos

O acionista tem direito a um dividendo mínimo de 6% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei nº. 6.404/76.

27 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Receitas:		
Mercado externo		
- Etanol (*)	11.908	48.805
- Açúcar (*)	496.512	585.536
Mercado interno		

- Etanol (*)	404.103	372.423
- Açúcar (*)	75.799	145.083
Participação na venda de gado bovino	8.231	5.557
Bagaço de cana	19.320	22.095
- Cbios	12.891	16.335
Outras	4.494	5.648
Resultado com derivativos	(7.031)	(26.357)
Receita bruta fiscal	1.026.227	1.175.125
Menos:		
Impostos sobre vendas	(47.640)	(52.175)
Total de receita contábil	978.587	1.122.950

(*) Receitas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

28 Gastos por natureza

Despesas operacionais por natureza:	2025	2024
Matéria Prima e Insumos	497.743	533.201
Amortização de direito de uso de arrendamentos	132.456	173.253
Custos com confinamento	11.883	9.557
Depreciação e amortização	50.626	51.499
Despesa com pessoal	45.380	47.089
Despesas atribuídas pelo PN 66 (Cooperativa) (*)	45.366	56.807
Honorários e serviços de terceiros	10.671	18.593
Outras despesas	27.291	33.082
Despesas com manutenção	16.743	18.046
	838.159	941.127
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(789.035)	(875.762)
Despesas administrativas e gerais	(46.927)	(63.097)
Despesas de vendas	(2.197)	(2.268)
	(838.159)	(941.127)

(*) Despesas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

29 Outras receitas (despesas) operacionais

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Indenização de Danos Emergentes – IAA (**)	-	94.495
Emissão de Cbios por valor justo	14.525	21.681
Outras receitas	792	1.114
Receita com arrendamentos de terras	1.894	1.662
Recuperação com créditos tributários	2.977	3.130
Prescrição de dividendos	81	19
Receita com venda de ativo imobilizado	4.089	1.213
Atribuídas pelo PN 66 (Cooperativa) (*)	26	59
Aluguel de aeronave e serviços de pilotagem	409	360
Indenizações	123	-
Receita com dividendos	329	328
Reintegra	172	-
Reversão de contingências	-	1.908
	25.417	125.969

Outras despesas operacionais

Atribuídas pelo PN 66 (Cooperativa) (*)	(1.827)	(19.861)
Impostos e taxas	(6.738)	(5.408)
Custo de ativo imobilizado baixado	(2.318)	(422)
Outras despesas	(2.694)	(1.156)
Donativos	(219)	(297)
	<u>(13.796)</u>	<u>(27.144)</u>

Resultado das receitas e despesas operacionais **11.621** **98.825**

(*) Receitas e despesas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

(**) Indenização de Danos Emergente – IAA
Corresponde à receita de indenização referente a ação de preços em que a Companhia obteve êxito, conforme evidenciado na Nota explicativa nº 9.

30 Receitas financeiras

	2025	2024
Juros aplicações financeiras	16.054	20.319
Outras receitas financeiras	3.342	10.476
Resultado com Swap	13.427	6.252
Resultado com Swap - liquidada	954	109
Variação cambial - Outros	746	1.158
Variação cambial - Contratos de financiamentos	8.920	3.370
Resultado com derivativos - Açúcar	7.373	5.451
Resultado com derivativos - Outros	-	554
Atribuídas pelo PN 66 (Cooperativa) (*)	562	108
Juros sobre créditos tributários	61	-
	<u>51.439</u>	<u>47.797</u>

(*) Receitas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

31 Despesas financeiras

	2025	2024
Juros apropriados sobre financiamentos	(55.780)	(62.653)
Juros sobre passivo de arrendamento	(47.604)	(57.126)
Resultado com Swap (**)	(19.136)	(3.449)
Resultado com Swap - liquidada	(1.120)	(4.488)
Resultado com derivativos – Açúcar	(3.645)	(1.597)
Resultado com derivativos – Outros	(560)	(319)
Outras despesas financeiras	(340)	(1.218)
Variação cambial - Outros	(1.313)	(1.891)
Variação cambial - Contratos de financiamentos	(18.797)	(6.006)
Juros apropriados sobre financiamentos com cooperativa	(966)	(8.297)
Atribuídas pelo PN 66 (Cooperativa) (*)	(1.656)	(814)
Juros sobre contratos de mútuo	(1.957)	(3.828)
Juros sobre parcelamento de impostos	(763)	-
	<u>(153.637)</u>	<u>(151.686)</u>

(*) Despesas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

(**) Derivativos calculados pelo MTM.

32 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

31 de março 2025	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Valor justo por meio de resultado (VJR)	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	-	-	171.101	-	171.101	-	-	-
Instrumentos Financeiros derivativos	7.453	7.142	-	-	14.595	-	14.595	14.595
Outros Investimentos	-	-	7.430	-	7.430	-	-	-
Total	7.453	7.142	178.531	-	193.126	-	14.595	14.595
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.489	-	2.489	-	-	-
Contas correntes - Cooperativa	-	-	88.261	-	88.261	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	14.349	-	14.349	-	-	-
Outras contas a receber de clientes	-	-	241	-	241	-	-	-
Total	-	-	105.340	-	105.340	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos Financeiros derivativos	27.472	14.875	-	-	42.348	-	42.348	42.348
Total	27.472	14.875	-	-	42.348	-	42.348	42.348
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Passivos de arrendamento e parcerias agrícolas	-	-	-	409.174	409.174	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	498.281	498.281	-	-	-
Financiamentos - Cooperativa	-	-	-	26.109	26.109	-	-	-
Mútuo cooperativa	-	-	-	12.498	12.498	-	-	-
Fornecedores de cana e diversos	-	-	-	150.272	150.272	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	26.640	26.640	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	1.154	1.154	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	94.816	94.816	-	-	-
Total	-	-	-	1.218.944	1.218.944	-	-	-

31 de março 2024	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Valor justo por meio de resultado (VJR)	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	-	259.131	-	-	259.131	-	-	-
Instrumentos Financeiros derivativos	2.694	7.551	-	-	10.246	-	10.246	10.246
Outros Investimentos	7.430	-	-	-	7.430	-	-	-
Total	10.124	266.682	-	-	276.807	-	10.246	10.246
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	408	-	408	-	-	-
Contas correntes - Cooperativa	-	-	62.996	-	62.996	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	64.445	-	64.445	-	-	-
Total	-	-	127.849	-	127.849	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos Financeiros derivativos	9.574	10.471	-	-	20.045	-	20.045	20.045
Total	9.574	10.471	-	-	20.045	-	20.045	20.045
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Passivos de arrendamento e parcerias agrícolas	-	-	-	439.760	439.760	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	484.487	484.487	-	-	-
Financiamentos - Cooperativa	-	-	-	17.238	17.238	-	-	-
Mútuo cooperativa	-	-	-	12.498	12.498	-	-	-
Fornecedores de cana e diversos	-	-	-	74.828	74.828	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	12.255	12.255	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	14.848	14.848	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	15.050	15.050	-	-	-
Total	-	-	-	1.070.964	1.070.964	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2025.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de hedge para a contabilização de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para designação são: Contratos futuros de venda de açúcar, Contratos de opções e Contratos a termos de moeda (NDF) para as safras 2025/2026 e 2026/2027.

Os instrumentos contratados foram designados para proteção dos fluxos de caixa relacionados à variação do preço do açúcar e da variação cambial referente a venda de açúcar no mercado externo. Essas operações foram contratadas com tradings e instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, swaps podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros.

Os saldos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos estão apresentadas a seguir:

		Valor/Volume contratado	Preço médio	Valor de referência - R\$	Valor justo
Ativo					
Circulante – ganho					
Depósito de margem		-	-	-	426
Contratos futuros de venda de açúcar (em R\$)	Ton	2.337	2.428	5.675	274
Contratos de opções (em USD)	Ton	7.620	19	18.233	952
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	USD	8.579	6	48.587	1.185
Contratos Swap de taxa de juros					3.246
					6.082
Não circulante - ganho					
Contratos de opções (em USD)	Ton	12.599	18,62	29.700	1.983
Contratos de opções (em R\$)	Ton	15.291	2.476	37.865	3.562
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	USD	2.267	7	15.387	450
Contratos Swap de taxa de juros					2.518
					8.513

		Valor/Volume contratado	Preço médio	Valor de referência - R\$	Valor justo
Passivo					
Circulante - perda					
Contratos futuros de compra de açúcar (em USD)	Ton	7.620	20	19.014	(1.023)
Contratos futuros de venda de açúcar (em R\$)	Ton	9.771	2.410	23.547	(2.090)
Contratos de opções (em USD)	Ton	23.877	19	57.110	(870)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	USD	(25.310)	5	(135.662)	(14.436)
Contratos Swap de taxa de juros					(115)
					(18.534)
Não circulante - perda					
Contratos futuros de venda de açúcar (em USD)	Ton	16.612	17,70	37.228	(371)
Contratos de opções (em USD)	Ton	25.198	20	64.184	(2.701)
Contratos de opções (em R\$)	Ton	30.583	2.621	80.162	(5.251)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	USD	(7.281)	6	(44.121)	(2.949)
Contratos Swap de taxa de juros					(12.542)
					(23.814)
					(27.753)

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em conta corrente junto à corretora para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

A Composição dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de hedge na data das demonstrações financeiras é:

	Ativo	Passivo	Outros resultados abrangentes
Contratos futuros de venda de açúcar (em USD)	-	371	(371)
Contratos futuros de compra de açúcar (em USD)	-	1.023	(1.023)
Contratos futuros de venda de açúcar (em R\$)	274	2.090	(1.816)
Contratos de opções (em USD)	1.983	2.701	(718)
Contratos de opções (em R\$)	3.562	5.251	(1.688)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	1.634	16.037	(14.403)
Tributos diferidos	(2.534)	(9.341)	6.807
	4.919	18.131	(13.212)

Os impactos contabilizados e a estimativa de realização no resultado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	De 01.04.2023 à 31.03.2024	De 01.04.2024 à 31.03.2025	Total
Contratos futuros de venda de açúcar (em USD)	-	(371)	(371)
Contratos futuros de compra de açúcar (em USD)	(1.023)	-	(1.023)
Contratos futuros de venda de açúcar (em R\$)	(1.816)	-	(1.816)
Contratos de opções (em USD)	-	(718)	(718)
Contratos de opções (em R\$)	-	(1.688)	(1.688)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	(11.904)	(2.499)	(14.403)
Tributos diferidos	5.012	1.794	6.807
Impacto previsto no resultado	(9.730)	(3.483)	(13.213)

d. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente das contas a receber de clientes e de outros recebíveis conforme apresentado abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Nota	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	173.590	259.539
Contas correntes - Cooperativa	9	88.261	62.996
Outras contas a receber	14	14.349	64.445
		<u>276.200</u>	<u>386.980</u>

Contas correntes - Cooperativa

Toda a receita de venda de produtos da Companhia é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Companhia entrega toda a sua produção de açúcar e etanol. A Cooperativa, por sua

vez, tem contrato de longo prazo com a Copersucar S.A. e suas subsidiárias, no qual estão definidos preço e prazo médio de recebimento.

A Companhia opera no modelo cooperativo e não apresenta histórico de perdas. Assim, provisões para perdas com tais créditos não são constituídas pela Companhia.

Outras contas a receber

Basicamente representada por clientes compradores de subprodutos da Companhia, bem como cana-de-açúcar. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cana ano calendário) o que possibilita à Companhia interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras a Companhia procura trabalhar com pagamentos antecipados.

Não há histórico de perdas significativas e de riscos excessivos em valores a receber que justifiquem a constituição de provisão para perdas no recebimento.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

31 de março 2025	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	(498.281)	(700.182)	(238.007)	(181.840)	(232.936)	(47.399)
Financiamentos - Cooperativa	(26.109)	(26.109)	(23.675)	(2.434)	-	-
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	(439.760)	(637.027)	(165.565)	(126.835)	(162.831)	(154.217)
Mútuo - Cooperativa	(12.498)	(12.498)	-	-	-	(12.498)
Mútuo - Partes relacionadas	(94.816)	(111.054)	(77.808)	-	-	(33.246)
Fornecedores de cana e diversos	(103.522)	(159.045)	(103.522)	(25.973)	(29.550)	-
Dividendos e Juros S/ Capital Próprio	(26.640)	(26.640)	(26.640)	-	-	-
Outras contas a pagar	(1.154)	(1.154)	(1.154)	-	-	-
	(1.202.780)	(1.673.709)	(636.371)	(337.082)	(425.317)	(247.360)

31 de março 2024	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	(484.487)	(521.389)	(217.199)	(153.415)	(127.247)	(23.528)
Financiamentos - Cooperativa	(23.664)	(23.664)	(20.451)	(3.213)	-	-
Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas	(439.760)	(637.027)	(169.196)	(138.706)	(195.333)	(133.792)
Mútuo - Cooperativa	(12.498)	(12.498)	-	-	-	(12.498)
Mútuo - Partes relacionadas	(75.205)	(87.533)	(60.155)	-	-	(27.378)
Fornecedores de cana e diversos	(74.828)	(74.828)	(74.828)	-	-	-
Dividendos e Juros S/ Capital Próprio	(12.384)	(12.384)	(12.384)	-	-	-
Outras contas a pagar	(14.847)	(14.847)	(14.847)	-	-	-
	<u>(1.137.673)</u>	<u>(1.384.170)</u>	<u>(569.060)</u>	<u>(295.334)</u>	<u>(322.580)</u>	<u>(197.196)</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As operações da Companhia são em sua grande maioria indexadas a taxas pré fixadas, já as operações com taxas pós fixadas, são preponderantemente indexadas pela variação da TJLP e CDI, sendo assim, a administração de uma maneira geral entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	173.590	259.539
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	14.595	10.246
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo	(42.348)	(20.045)
Mútuo com partes relacionadas	(94.816)	(75.205)
Empréstimos e Financiamentos	(498.281)	(484.487)
Financiamentos - Cooperativa	(26.109)	(23.664)
Exposição Líquida	<u>(473.369)</u>	<u>(333.616)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetua uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25%

nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:



Em 31 de março de 2025	Valor	Risco	Cenários									
			Cenário 1		Aumento do Índice 25%		Aumento do Índice 50%		Redução do Índice 25%		Redução do Índice 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Caixa e equivalentes de caixa	171.101	CDI	11,21	19.180	14,01	23.976	16,82	28.771	8,41	14.385	5,61	9.590
Total dos ativos financeiros	171.101											
Passivos financeiros												
Mútuo com partes relacionadas	(17.008)	CDI	11,21	(1.907)	14,01	(2.383)	16,82	(2.860)	8,41	(1.430)	5,61	(953)
Empréstimos e Financiamentos - Capital de giro	(453.579)	CDI	11,21	(50.846)	14,01	(63.558)	16,82	(76.269)	8,41	(38.135)	5,61	(25.423)
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	(44.702)	IPCA	5,79	(2.588)	7,24	(3.235)	8,69	(3.882)	4,34	(1.941)	2,90	(1.294)
Financiamentos Cooperativa	(26.109)	CDI	11,21	(2.927)	14,01	(3.659)	16,82	(4.390)	8,41	(2.195)	5,61	(1.463)
Total dos passivos financeiros	(541.398)			(58.268)		(72.835)		(87.401)		(43.701)		(29.133)
Impacto no resultado e no Patrimônio Líquido				(39.088)		(9.771)		(19.542)		9.772		19.545

Fonte: A informações do CDI foram extraídas da base da Cetip com a data-base do último dia útil de março de 2025.

Instrumento	Valor	Risco	Cenários									
			Cenário 1		Aumento do Índice 25%		Aumento do Índice 50%		Redução do Índice 25%		Redução do Índice 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Caixa e equivalentes de caixa	259.131	CDI	10,65	27.597	13,31	34.497	15,98	41.396	7,99	20.698	5,3 2	13.799
Total dos ativos financeiros	259.131											
Passivos financeiros												
Mútuo com partes relacionadas	(15.050)	CDI	10,65	(1.603)	13,31	(2.004)	15,98	(2.404)	7,99	(1.202)	5,3 2	(801)
Empréstimos e Financiamentos - Capital de giro	(422.607)	CDI	10,65	(45.008)	13,31	(56.260)	15,98	(67.511)	7,99	(33.756)	5,3 2	(22.504)
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	(61.880)	IPCA	5,79	(3.583)	7,24	(4.479)	8,69	(5.374)	4,34	(2.687)	2,8 9	(1.791)
Financiamentos Cooperativa	(17.238)	CDI	10,65	(1.836)	13,31	(2.295)	15,98	(2.754)	7,99	(1.377)	5,3 2	(918)
Total dos passivos financeiros	(516.775)			(52.030)		(65.038)		(78.043)		(39.022)		(26.014)
Impacto no resultado e no Patrimônio Líquido				(24.433)		(6.108)		(12.214)		6.109		12.218

Fonte: A informações do CDI foram extraídas da base da Cetip com a data-base do último dia útil de março de 2024.

(v) **Risco operacional**

Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, A Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, A Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Companhia não foi afetado de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras da Companhia, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos possíveis efeitos das mudanças nos fatores de risco relacionados aos instrumentos financeiros derivativos que a Companhia está exposta. A análise foi feita considerando variações de 25bps e 50bps (*basis points*) na curva futura do câmbio ou do preço das *commodities*.

Instrumentos financeiros derivativos	Fator de risco	Possíveis impactos	
		Cenário variação 25 bps	Cenário variação 50 bps
Contratos futuros de venda de açúcar (em USD)	Alta no preço futuro de commodities	(499)	(1.025)
Contratos futuros de venda de açúcar (em R\$)	Alta no preço futuro de commodities	(5.131)	(7.332)
Contratos de opções (em USD)	Alta no preço futuro de commodities	(2.155)	(2.397)
Contratos a termos de moeda (NDF) - Dólar	Alta na taxa de câmbio R\$/USD	(6.309)	(12.619)
		(14.095)	(23.372)

Risco de volatilidade do preço de commodities

A Companhia está exposta aos riscos de alterações nos preços das commodities de acordo com seu mix de produção de açúcar e etanol. No resultado das demonstrações financeiras deste exercício e para as próximas safras foram precificadas junto à Copersucar os seguintes volumes e preço de açúcar na data das demonstrações financeiras:

	SF 25/26		SF 26/27	
Açúcar	144.736 ton	R\$ 2.537	49.786 ton	R\$ 2.622

Os valores precificados estão expressos em Reais e se refere a uma tonelada de açúcar.

Em relação ao etanol, a Companhia vem acompanhando a variação do preço e monitorando o volume e mix de produção de acordo com o contrato de entrega com a Cooperativa, uma vez que não temos um mercado ativo para precificação do etanol.

33 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números abaixo:

	2025	2024
Total do passivo	1.388.889	1.375.247
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(173.590)	(259.539)
(=) Passivo líquido (a)	1.215.299	1.115.708
Total do patrimônio líquido (b)	579.217	624.476
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	2,10	1,79

34 Compromissos

Compromisso de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos contratos de parceria agrícola com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

Compromisso de fornecimento de açúcar e etanol

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de três anos/safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo perante a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando, diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para os mercados interno e externo.

* * *

Composição da Administração

Jorge Ismael de Biasi Filho
Diretor

Roberto de Biasi
Diretor

Daniel Gil Ruiz
Gerente de Controladoria
CRC nº 1SP-259283/O-2

Marcio Fernando Pedro
Contador
CRC nº 1SP-330174/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/AAFA-8788-E9B6-3885>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: AAFA-8788-E9B6-3885



Hash do Documento

9973AD40A8A1CF5BF56EF090D1523DA85C19E5C12DAC8F8F159697A22EDCF254

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/06/2025 é(são) :

Daniel Marino de Toledo - 215.991.288-37 em 13/06/2025 14:35

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital